



Revista Educação Especial

ISSN: 1808-270X

ISSN: 1984-686X

revistaeducacaoespecial.ufsm@gmail.com

Universidade Federal de Santa Maria

Brasil

Barcelos da Costa, Ailton; Messali Picharillo, Alessandra Daniele; Paulino, Vanessa Cristina
O processo histórico de inserção social da pessoa cega: da Antiguidade à Idade Média
Revista Educação Especial, vol. 31, núm. 62, 2018, Julho-, pp. 539-550
Universidade Federal de Santa Maria
Brasil

DOI: <https://doi.org/10.5902/1984686X24092>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313158892004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UABM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

O processo histórico de inserção social da pessoa cega: da Antiguidade à Idade Média

*Ailton Barcelos da Costa**

*Alessandra Daniele Messali Picharillo***

*Vanessa Cristina Paulino****

Resumo

Entendendo que generalizações sobre a pessoa cega durante o processo histórico podem ser tidas como insipientes, já que o conceito de deficiência se relaciona a uma infinidade de fatores, este relato teve o objetivo de discorrer sobre o processo histórico de inserção social da pessoa cega, nos períodos da Antiguidade Clássica, Antiguidade Oriental e Idade Média. Por um levantamento bibliográfico, percebeu-se inicialmente a limitação de referenciais, nacionais e internacionais, que versassem sobre a temática, motivo pelo qual a análise pautou-se, quase que somente, no volume de uma obra. Apresentou-se um panorama do período histórico da antiguidade no Egito, Mesopotâmia, China e Japão. Na antiguidade ocidental viu-se a Grécia e Roma. Além disso, a pessoa cega no mundo Islâmico mostra sua notável inserção social e educacional, bem diferente do que ocorreu na Idade Média europeia. Por fim, desvela-se sobre a cegueira na América Pré-Colombiana, com realidade muito próxima a do período Pré-Histórico. Notaram-se muitos contrastes, que vão desde as sociedades em que a morte e a mendicância eram regras aplicadas aos cegos, às culturas como do Japão, onde existiram albergues e escolas para ensino de profissões a eles. Confirmou-se que, de fato, a concepção da pessoa cega durante o processo histórico é diferente entre uma cultura e outra. Isso porque, tal concepção será construída a partir de crenças, valores e ideologias de cada sociedade, estabelecendo relações variadas entre a pessoa com cegueira e as demais.

Palavras-chave: Cegueira; História da cegueira; Inserção social.

* Doutorando em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). São Carlos, São Paulo, Brasil.

** Mestranda em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). São Carlos, São Paulo, Brasil.

*** Doutora em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). São Carlos, São Paulo, Brasil.

The historical process of social insertion of the blind person: from Antiquity to the Middle Ages

Abstract:

Understanding that generalizations about the blind person during the historical process, can be seen as ignorant as the concept of disability is related to a multitude of factors, this report aimed to discuss the historical process of social integration of the blind person in periods of classical antiquity, ancient Oriental and Middle Ages. For a literature review, it was noted initially limiting references, national and international, that versassem on the subject, for which the study is based, almost exclusively, the volume of work. Presented a panorama of the historical period of ancient Egypt, Mesopotamia, China and Japan. In Western, antiquity was seen Greece and Rome. In addition, the blind person in the Islamic world shows its fantastic social and educational integration, very different from what occurred in European average age. Finally, there is talk of blindness in America Pre-Colombian, with reality much close to the Prehistoric period. They noted there are many contrasts, ranging from the societies in which death and begging were rules applied to the blind, to cultures like Japan, where there were hostels and schools for teaching professions to them. It has been confirmed that, in fact, the conception of the blind person during the historical process varies from culture to culture, reflecting beliefs, values and ideologies, by which different modes of relationship are established between this and other people.

Keywords: Blindness; History of blindness; Social inclusion.

Introdução

Este trabalho visou discorrer sobre o processo de inserção social da pessoa cega nos períodos históricos da Antiguidade Clássica, Antiguidade Oriental e Idade Média.

Tal pretensão sustentou-se na ideia de Franco e Dias (2005) e Garcia e Cañadas (2009) de que as pessoas com cegueira teriam sofrido bastante discriminação, abandono, e diversas vezes sido alvo de perseguição e extermínio ao longo de toda a história da humanidade. Para estes mesmos autores, quando se fala da educação, a privação da visão talvez seja uma barreira praticamente intransponível. Essa realidade só começaria a mudar no século XVIII, com o advento do Instituto Real dos Jovens Cegos de Paris, e posteriormente com o surgimento da escrita Braille, em meados do século XIX com Louis Braille (FRANCO; DIAS, 2005; GARCIA; CAÑADAS, 2009).

Entretanto, para Martínez (1991a), as afirmações anteriores, bem como generalizações, podem ser perigosas, pois nem sempre refletem a verdade. Ademais, continua o autor, os referenciais desta área expõem, sobretudo, a cultura ocidental, responsáveis, inclusive, pelo embasamento de publicações científicas na área.

A justificativa deste entendimento mais abrangente da história da cegueira pode ser acessada em obras como a de Martínez (1991a), a qual expõe um panorama do processo de inserção social das pessoas com cegueira nas sociedades antigas e medievais.

Por Antiguidade Clássica concebe-se o período da História da Europa que se estende aproximadamente do século VIII a. C., com o surgimento da poesia grega de Homero, à queda do Império Romano do Ocidente, no século V d. C., mais precisamente no ano 476 (MARROU; CASANOVA, 1990).

Antiguidade Oriental diz respeito a várias sociedades que se desenvolveram em uma extensa área que engloba nordeste da África e parte da Ásia, Egito, Mesopotâmia, Fenícia, Pérsia e Hebreus (MARROU; CASANOVA, 1990). Neste trabalho, também se fala nas civilizações do extremo oriente, como China, Índia e Japão.

Idade Média é o período compreendido entre a deposição do último soberano do Império Romano do Ocidente, Rômulo Augusto em 476 d. C., até a conquista da cidade de Constantinopla, pelos turcos em 1453, pondo fim ao Império Bizantino (SILVA JÚNIOR, 2016).

Dessa forma, buscando abordar a história da cegueira, será apresentado um panorama do período histórico da Antiguidade no Egito, Mesopotâmia, Pérsia, Fenícia, Israel, China, Índia, Japão, Grécia, Roma, Bizâncio, América Pré-Colombiana e, por fim, da Idade Média.

Objetivo

Conhecer o processo de inserção social da pessoa cega na história da Antiguidade Clássica, Antiguidade Oriental e Idade Média.

Método

Foi realizada uma revisão sistemática da literatura (HOHENDORFF, 2014), baseada em trabalhos empíricos, nacionais e internacionais, publicados entre janeiro de 1990 e dezembro de 2015.

Por sua vez, esta pesquisa também teve um caráter historiográfico, já que se debruçou sobre documentos, artigos, entre outros, com informações referentes à época pesquisada (SAMPEIERI; COLLADO; LÚCIO, 2006).

Tais estudos estavam indexados nas bases de dados: SciELO (Scientific Electronic Library Online), EBSCOhost (Academic Search Premier), SAGE Journals e ONCE (Organización Nacional de Ciegos Españoles). Além dessas bases, foi consultado o periódico especializado em deficiência visual, 'Revista Benjamin Constant', em todas as suas edições.

A busca foi efetuada a partir de descritores representativos à temática de investigação, utilizados, em português, espanhol e em inglês, como segue: 'deficiência visual', 'cego', 'cegueira', 'história'.

Como materiais e equipamentos, foram usados notebook, impressora, papel e caneta.

Para análise dos dados, foram produzidas categorias sobre características e conteúdos presentes nos documentos e nos artigos (fichamentos).

Além disso, foram feitas as análises desses documentos e interligação dos assuntos supracitados, seguindo a trajetória histórica traçada em Martínez (1991a) e Martínez (1991b), por serem as fontes com mais dados encontrados.

Resultados e discussão

A partir da busca efetuada com os descritores supracitados, foram retirados os estudos repetidos e os divergentes do tema pesquisado. Em seguida, foi realizada a leitura dos títulos e resumos de todos os artigos e livros, além de serem baixados somente os que estavam disponíveis na íntegra nas bases de dados mencionadas. Assim, chegou-se a dois livros e três artigos, os quais foram lidos integralmente.

Os resultados provenientes dos artigos e dos livros foram agrupados por civilização ou Império, da seguinte forma:

- Egito Antigo
- Mesopotâmia, Pérsia, Fenícia e Israel
- China, Índia e Japão
- Grécia, Roma e Bizâncio
- Europa Medieval
- Mundo Islâmico
- América Pré-Colombiana

Segue a trajetória histórica traçada em Martínez (1991a) e Martínez (1991b) das civilizações citadas.

Egito Antigo

Nas sociedades primitivas, as pessoas cegas que sobreviviam, tinham como ocupação a pesca e as artes, já que deviam exercer estas profissões (FRANCO; DIAS, 2005; MARTÍNEZ, 1991a).

No Egito Antigo a cegueira era endêmica, pois o tracoma – doença infecciosa, causava a cegueira em uma multidão de pessoas, o que tornava comum as famílias egípcias terem algum cego entre seus membros (MARTÍNEZ, 1991a). Por esta razão, para este autor, as pessoas cegas desempenhavam praticamente todas as profissões. Todavia, com destaque para as áreas da música e artesanato, o que levou ao surgimento das primeiras escolas de música e arte, exclusivas para pessoas nessa condição.

Outra justificativa para as pessoas cegas serem bem tratadas no Egito Antigo, segundo Martínez (1991a), citando historiadores como Erman e Hanke (1980), de-

ve-se ao fato que o mais famoso cego dessa civilização ter sido Sesostri I, um dos mais poderosos Faraós da 12ª dinastia, que governou de 1.995 a 1.965 a. C. Sesostri I teria ficado cego na velhice, o que o levou ao suicídio. Seu sucessor, Phénon, ficou cego após assumir o poder (SILVA, 1986).

Nestes dois reinados, as pessoas cegas sem ofício eram mantidas em asilos, pelo Estado, locais em que lhes eram impostas certas ocupações. Ainda se castigavam severamente os desocupados, porque o próprio faraó, exemplo vivo de que os privados de vista podiam ser úteis, não tolerava mendicância em seus domínios (MARTÍNEZ, 1991a).

Também há registros de pelo menos mais um faraó cego, que foi o faraó Anísis, que viveu por volta de 2.500 a. C., durante a IV Dinastia. Há relatos de que ele tenha passado por muitas tribulações, como a perda do poder, devido a uma ocupação pelos etíopes (SILVA, 1986).

Mesopotâmia, Pérsia, Fenícia e Israel

Passando para a Mesopotâmia, região em torno dos rios Tigres e Eufrates, e um breve panorama das atividades de pessoas cegas nessa região, desde 2.000 a. C., nas civilizações dos Sumérios, Assírios, Caldeus e Amoritas. Para Martínez (1991a), existia uma grande quantidade de pessoas cegas nas sociedades mesopotâmias, devido a dois fatores principais. O primeiro fator se explica dado ao costume dos reis castigarem os inimigos com cegueira. Outro fator se deve ao Código de Hammurabi ou lei de Talião, conhecido como o primeiro código de leis do mundo: “olho por olho, dente por dente”, ou seja, no artigo 218 desse código se escreve (MARTÍNEZ, 1991a, p. 56, tradução nossa): “Se cortar a mão do médico que, errando a operação, provoque a morte do paciente, ou sua cegueira, condenando-o à mendicância e à infelicidade”.

Quanto à inserção social da pessoa cega nestas sociedades, para Martínez (1991a), a primeira atividade exercida por ela foi a agrícola, com o uso do arado, quando era guiada por um ancião vidente. As pessoas cegas também praticavam artesanatos em geral e eram consideradas excelentes musicistas, tocando principalmente um tipo de flauta.

Com relação aos Fenícios, sua história foi um compêndio de todos os povos com os quais comercializaram; eles demonstravam muita habilidade nos negócios e perícia no mar, influenciando e sendo influenciados profundamente por seus vizinhos (MARTÍNEZ, 1991a).

O primeiro registro de ocupação exercida pelos cegos fenícios data de 2.500 a. C.; à época, o rei Sushratta os empregava como vigilantes noturnos. No século XVIII a. C., as guerras travadas entre o Império Fenício e o Império Egípcio levaram a aumentar consideravelmente o número de pessoas nessa condição, pois os Egípcios cegavam grande parte de seus prisioneiros (MARTÍNEZ, 1991a). Alguns destes prisioneiros escravizados que demonstrassem habilidades excepcionais, eram usados pela corte dos Faraós Egípcios como músicos. Além disso, os cegos Fenícios atuavam como remadores e reparadores de barcos, exercendo grande importância na sociedade Fenícia no século IX a. C. (MARTÍNEZ, 1991a).

Passando a Israel, se destaca aqui o primeiro relato de uma escola para pessoas cegas da história, justamente ao ensino de música, tão valorizada na antiguidade; a então Escola de Música de Ramah, no século X a. C., chegou a ter 4.000 cantores e músicos cegos, divididos em 288 coros. Nos séculos seguintes, em uma sociedade profundamente religiosa, a pessoa cega exerceu atividade de vigilante noturno, adivinha e de musicista, mas a mendicância era comum (MARTÍNEZ, 1991a).

Inserção social de pessoas cegas no Oriente: China, Índia e Japão

Partindo agora para China Antiga, encontra-se uma sociedade em que a pessoa cega era bem tratada. Para Martínez (1991a), citando o historiador L. I. Chen, tem início a trajetória histórica da China Antiga pelo ano de 2.697 a. C. Na ocasião, foi sistematizada a escrita pelo Imperador Huang-ti, nascendo então uma classe privilegiada de letrados, restrita a poucas pessoas, entre elas, os mandarins cegos. Eles foram governantes de cidades e províncias, administrando com justiça, segundo as prerrogativas do cargo, e escrevendo de próprio punho. Alguns destes sabiam escrever quando perderam a visão e conservaram seus hábitos de escrita, todavia, outros nasceram cegos. Na China os cegos eram exímios agricultores, jardineiros e sericultores (beneficiamento do bicho da seda), além de curandeiros.

Seguindo o percurso histórico, Martínez (1991a) relata que durante os séculos V e VI a. C., as pessoas cegas continuavam a ser muito bem tratadas em todos os domínios do Império, porque se estenderam as ideias de amor universal e pacifismo, preconizadas por Mo-tzu e Mo-ti. Neste contexto, havia o entendimento que os mais desgraçados deviam ser os mais amados. Entretanto, mais tarde, no ano 249 a. C., os cegos voltaram a ser excluídos dos cargos públicos.

Similar ao Egito Antigo, se destaca a fundação de escolas de música, bem como escolas de filosofia e de artes marciais (século IV a. C.). Ainda há relatos de organização de grupos de pessoas cegas no século II a. C. para lutarem pelos seus direitos (GARCIA; CAÑADAS, 2009).

Na Índia, a pessoa cega passava pelas condições mais adversas, arraigadas nas crenças religiosas do seu povo; atribuíam à cegueira um valor punitivo de culpas por encarnações anteriores, levando-a a mendicância e à prostituição, todavia, em diversos períodos da história da Índia, os cegos gozavam alguns direitos, sendo considerados homens úteis (MARTÍNEZ, 1991a).

No século III a. C., para o historiador Romain Rousell, autor de 'Les pérégrinages á travers de les siécles', o rei Asoka, devido a uma grande reforma social, influenciado pelos ideais religiosos do Budismo, criou asilos e albergues, além disso, distribuiu alimentos.

Entretanto, quando se conferem os relatos da sociedade Japonesa, segundo Martínez (1991a), o estudo do tema nessa milenar Civilização é como um oásis onde repousa a dor e a miséria. Para este autor, sempre existiu uma pequena porcentagem de pessoas cegas no Japão, em relação aos demais países asiáticos, que se devia às medidas de higiene pessoal. Por isso, vai-se extrapolar no tempo e dar uma visão da cegueira na sociedade japonesa, desde a antiguidade até o final de seu período medieval.

Para Martínez (1991a), citando o historiador Gabriel Ferrell, os cegos japoneses praticaram quase todas as profissões que exerceram seus companheiros da China, país que transmitiu seus conhecimentos ao povo japonês.

É incalculável a influência das pessoas cegas na cultura japonesa, pese que seu trabalho não se enquadre somente as atividades intelectuais, isto porque existia uma corporação de cegos que se dedicava a investigação da ciência e da história japonesa. A partir do século III a. C., têm-se notícias de uma orquestra de cegos na corte do Imperador Jingo, passando a música ter grande importância como atividade para essas pessoas. Também se sabe que, durante inúmeros séculos antes de Cristo, quase todos os massagistas e acupunturistas do Japão eram exclusivamente cegos, por decretos do Imperador, devido às suas habilidades e a incomensurável ética profissional, existindo até escolas para o ensino destas profissões (MARTÍNEZ, 1991a).

O historiador japonês Hideyuki Iboahashi, mencionado por Martínez (1991a), indica que uma melhora substancial na qualidade de vida das pessoas cegas aconteceu quando um membro da família imperial ficou cego, o príncipe Itoyashu. Para esse autor, sendo muito bem instruído na literatura chinesa e japonesa, e com profundos conhecimentos musicais e filosóficos, o príncipe, sabendo das possibilidades educativas de seus companheiros cegos, começou a reunir no palácio de Kioto, então capital do Império, um considerável número deles, com os quais conversava sobre música, literatura clássica, filosofia e outros temas. Dessa feita, a tal príncipe foi confiado o governo de uma província do Império para onde foi feliz, exercendo o poder e pondo em prática seus excelentes dotes de governança (MARTÍNEZ, 1991a).

Itoyashu, continua Martínez (1991a), foi acompanhado por vários amigos, muitos deles cegos, com excelentes “dotes de mando”, começando por dar uma pensão do Estado a todas as pessoas cegas, o que permaneceu mesmo depois dele morto, e por sucessivos imperadores. Para o autor, logo quando seu irmão, Koko Tenno, virou Imperador, os cegos contavam com proteção, constituindo-se uma classe social considerada intocável. Também, por determinação do Imperador, foi criada uma organização de cegos cultos, em memória de seu irmão, passando a chamar os cegos de Amayo-no-Mikoto. Este Imperador ainda ordenou construir uma série de albergues para os cegos do país, levando a mendicância, dessa população, a praticamente desaparecer no Japão (MARTÍNEZ, 1991a).

Por fim, pode-se dizer que a história dos cegos no Japão é conhecida principalmente graças à obra “Gun-sho-rui-yuu” ou “Enciclopédia da literatura japonesa”, do historiador e filósofo cego Hanawa Hoki-Ichi (1746-1822), por meio da qual se pode concluir, segundo Martínez (1991a), que, desde os tempos mais remotos, o Japão sempre proporcionou aos cegos as melhores condições de vida, que nenhum outro país ou sociedade tenha oferecido ao longo dos séculos.

Inclusão de pessoas cegas na Grécia, Roma e Império Bizantino

As constantes vicissitudes sofridas pelo povo grego durante os dois mil anos que transcorreram até sua conquista por Roma em 146 a. C., motivaram diferentes conceitos sociais com respeito à cegueira (MARTÍNEZ, 1991a).

Segundo Franco e Dias (2005), em Atenas, na Grécia Antiga, os recém-nascidos com alguma deficiência eram colocados em uma vasilha de argila e abandonados. Em Esparta, onde o cidadão pertencia ao Estado, os pais tinham o dever de apresentar seus filhos perante os magistrados em praça pública.

Martínez (1991a) relata que o povo grego conhecia a cegueira desde o século V a. C., começando a praticar sua cura por parte de alguns médicos, sendo o mais famoso deles Alcmeon de Cretona, o qual descobriu em 381 a. C. o nervo ótico. Também neste século se destacam os relatos de ensino de geometria para pessoas cegas.

Na Roma Antiga, nos seus primeiros séculos, conforme Lowenfeld (1974), a cidade travou inúmeras lutas contra seus vizinhos para não sucumbir, de modo que seus habitantes eram treinados para a guerra. Com isso, eram suprimidos todos os indivíduos incapacitados ou não úteis ao serviço militar, podendo eles ser condenados à morte, ou seja, o procedimento mais comum também era o da eliminação (LOWENFELD, 1974).

Naqueles tempos difíceis, para Martínez (1991a), alguns cegos serviam de mensageiros, guardas dos cavalos, massagistas nas termas, vigias noturnos ou desempenhavam pequenos serviços, mas a maior parte praticava a mendicância. Já as pessoas que ficaram cegas durante a guerra, gozavam especial consideração do Estado e dos cidadãos, tinham preferência em receber donativos.

Entre os séculos dois e três, segundo Martínez (1991a), têm-se notícias de que muitos cegos trabalharam como curandeiros, de alguns anciãos como juízes, e de outros na casa da moeda de Roma, devido ao “tato sensível”. Também, neste período há notícias que os cegos foram os primeiros pedagogos, ensinando música e instrumentos musicais.

No Império Bizantino, de uma forma geral, as pessoas cegas eram alvo de grande consideração social, uma vez que tal sociedade foi inclinada à benevolência em relação a elas, porém, repleta de contrastes (MARTÍNEZ, 1991a).

Ao abordar a trajetória da pessoa cega na história do Império Bizantino, faz-se necessária uma breve descrição da massa da população urbana do Império. De acordo com Martínez (1991a), a população urbana estava composta com grande contingente de cegos, os quais, em sua maioria, trabalhavam com artesanato.

Também se destacam os principais períodos do Império Bizantino; neles há a menção da trajetória histórica da pessoa cega, de acordo com Martínez (1991a), citando as obras ‘Bizâncio’, de Bailly e ‘Grandeza e Decadência de Bizâncio’, de Ch. Dil:

– No governo do Imperador Arcádio, de 395 a 408 d. C., as pessoas cegas tinham trabalho, preferencialmente nos portos. Durante este período, a princípio, foi concedido um tipo de pensão a eles, porém, posteriormente, recebiam somente pão como ração diária.

– No governo do Imperador Anastásio, de 491 a 518 d. C., foram realizados grandes esforços para que os asilos e monastérios acolhessem o maior número pos-

sível de pessoas cegas, a fim de evitar a mendicância, providenciando-se alojamento seguro e alimentação a eles.

– No século VIII e IX, as pessoas com cegueira estudavam direito grego na Universidade de Constantinopla e atuaram como juízes em todo o Império, além de muitos deles tornarem-se professores da mesma universidade e ocuparem cargos eclesiásticos.

– No século XIII, o Imperador Andrônico III, ao assumir o trono, se torna o protetor dos intelectuais com cegueira, os quais passaram a assumir cargos na administração pública, nas universidades, além de se tornarem juízes de pequenas cidades.

A Europa Medieval

Durante a Idade Média Europeia, a cegueira foi utilizada como castigo ou como um ato de vingança, pois de acordo com Mecloy (1974), no século XI, Basílio II, Imperador de Constantinopla, depois de ter vencido os búlgaros em Belasitz, ordenou que fossem retirados os olhos de seus quinze mil prisioneiros e fê-los regressar para sua pátria.

Em 1260, segundo Franco e Dias (2005), Luís XIII fundou, em Paris, o asilo de Quinze-Vingts, a instituição mais importante da Idade Média destinada, exclusivamente para cegos, com o objetivo de atender trezentos soldados franceses que tiveram seus olhos arrancados pelos sarracenos durante as Cruzadas, mas que ofereceu abrigo ainda a outros cegos franceses. De acordo com Dall'Acqua (1997), ao contrário do que a literatura aponta, o referido asilo foi criado com a intenção de retirar das ruas de Paris os cegos franceses que viviam como mendigos, e não para atender aos soldados franceses que ficaram cegos durante as cruzadas.

Com o fortalecimento do Cristianismo, continua Franco e Dias (2005), a situação das pessoas com deficiências se modificou. A pessoa humana elevou-se à categoria de valor absoluto e todos os homens, sem exceção, passaram a ser considerados filhos de Deus.

Segundo Pessotti (1984), a solução do clero para as indagações sobre a pessoa com deficiência consistia em duas atitudes: a primeira referia-se à atenuação do castigo, transformando-o em confinamento, de tal modo que segregá-la era exercer a caridade, posto que o asilo garantia um teto e alimentação; no entanto, enquanto o teto protegia o cristão com deficiência, as paredes escondiam e isolavam o incômodo ou o inútil. Já a segunda atitude constituía-se na caridade como castigo, pois era o meio de salvar a alma do cristão das garras do demônio e livrar a sociedade das condutas indecorosas ou antissociais da pessoa com deficiência. A Inquisição, porém, sacrificou como hereges ou endemoninhados milhares de pessoas, entre elas, muitas com deficiência (DALL'ACQUA, 1997).

Inclusão dos cegos no mundo islâmico

Os acontecimentos derivados da pregação de Maomé afetaram em grande maneira as pessoas cegas que habitavam os países conquistados, de forma que as ca-

racterísticas espirituais dos povos muçulmanos que mais ficam conhecidas foram suas atitudes comerciais, seu amor à cultura e a beleza em suas diversas formas, além da caridade e a hospitalidade com o forasteiro (MARTÍNEZ, 1991a).

Avançando nos estudos e nas citações de Martínez (1991a), aludindo o Ensaio da História do Islamismo, de Dozy (1879), e o Dicionário Bibliográfico dos Cegos Ilustres do Oriente, de Safidi Ibn Khallikan, falando sobre o costume de castigar com a cegueira os inimigos, afirmam que teve sua origem na Ásia, de onde se passou a Europa com a invasão dos godos e dos hunos, e sendo adotada pelos Bizantinos. Dessa forma, mostrando exemplos de se aplicar a cegueira aos inimigos, fala-se do califa árabe Al-Hakaim, celebre por sua crueldade, que perseguiu os cristãos no começo do século XI, deixando cegos muitos deles, já que para ele, para ver Alá bastava os olhos da alma, e assim aplicava a cegueira a seus inimigos. No século XIII, os turcos fizeram milhares de prisioneiros durante a sétima cruzada, e libertaram mais de trezentos cegos à sua pátria.

Na sequência, no que concerne a herança cultural dos muçulmanos, eles foram herdeiros diretos das civilizações da antiguidade, e por isso, entre eles brilharam eminentes personalidade científicas, muitas delas com cegueira durante toda a vida, como fala a obra de Safidi Ibn Khallikan, do século XIV, Dicionário Bibliográfico dos Cegos Ilustres do Oriente. Em tal obra, afirma, segundo cita Martínez (1991a), que muitos cegos foram exímios professores de numerosas escolas e santuários, tendo prodigiosa memória, recitavam o Alcorão, além de dominarem diversas línguas orientais, o latim e o espanhol.

Na alta Idade Média, começaram os muçulmanos a ensinar as pessoas cegas a realizar uma escrita com pontos em relevo, perfeitamente reconhecível ao tato, de tal maneira que em alguns ensaios os muçulmanos argumentam serem eles os primeiros em se preocupar com o aprendizado da leitura e da escrita pelos cegos. Inclui-se aqui para tal argumento, o trabalho do professor cego árabe Zain-din Al-Amidi, que teria vivido no século XIV, a quem os muçulmanos atribuem a invenção do sistema de leitura e escrita em relevo por meio de pontos, fazendo desse modo sua própria biblioteca (LIESEN, 2002). Al-Amidi, para Liesen (2002), conheceu a fundo a jurisprudência persa, turca e grega, pelo qual era chamado para resolver pleitos entre indivíduos destas nacionalidades, tendo uma fama de ser justo e perspicaz, juntando grandes riquezas. Ele era ainda catedrático na Universidade de Moustarfirreh (atual Iraque); sempre estava rodeado de discípulos que acudiam a ele para aprofundar a seus conhecimentos de jurisprudência e aclarar dúvidas que não tivessem sido explicadas por outros professores.

Também na obra de Safadi, citada por Martínez (1991a), se encontram relatos de escolas de música dirigidas por pessoas cegas, em Teerá, Damasco e Bagdá.

Por fim, Safadi, citado por Martínez (1991a), relata ainda que no século X centenas de estudantes com cegueira frequentavam a Universidade de El Ashar, no Cairo e em Alexandria.

A cegueira na América Pré-Colombiana

Para Martínez (1991b), a vida dos cegos entre os povos ameríndios não era muito diferente da dos povos primitivos. Exerciam feitiçaria, motivo pelo qual, fundamentada na crença popular, eram identificados como bruxos: caminhavam no escuro e distinguiam com o tato, ouvido ou olfato as pessoas, animais e coisas.

Entre os Maias, para Martínez (1991b), os cegos exerciam ofícios como olaria; fabricação de objetos de pedras, madeira e couro; a elaboração de perfumes e a construção de habitações, e ainda trabalhavam como músicos. Entre os astecas não eram diferentes as atividades desempenhadas, das já citadas entre os povos primitivos.

Por fim, como relata Martínez (1991b), entre os Incas existia uma quarta categoria de cidadãos de seu Império, a 'Unoc Runa', compreendendo as pessoas enfermas, surdas, com cegueira, dentre outras, a quem se exigia que trabalhassem segundo suas possibilidades, desde que se dispusessem a servir de diversão aos demais, em qualquer momento. Das atividades exercidas, construíam calçadas e também era permitido serem mensageiros.

Considerações finais

Pode-se perceber que nas civilizações orientais, existiram programas educativos para pessoas cegas, passando por China, Japão e Mesopotâmia. Sobretudo, notaram-se muitos contrastes, que vão desde as sociedades em que a morte e a mendicância eram regras aplicadas aos cegos, às culturas como do Japão, onde existiram albergues e escolas para ensino de profissões.

Ao considerar a Idade Média, tanto no oriente como no ocidente, a ocupação social da pessoa cega no processo histórico não muda muito. Em contrapartida, no mundo islâmico, foram expressivos os progressos, ao se constatar, por exemplo, o grande número de pessoas cegas nas universidades do Cairo e Alexandria, além dos relatos da sistematização de escrita por pontos, apesar de não ter permanecido até nossos dias, como a escrita do Braille.

A Idade Média europeia trouxe o primeiro asilo para cegos, milênios depois de equivalente serviço japonês e egípcio. Porém, com o advento do cristianismo, a proteção às pessoas com cegueira começou a se tornar um padrão cada vez mais frequente.

Conclui-se que, de fato, a concepção da pessoa cega durante o processo histórico será diferente entre uma cultura e outra. Isso porque, tal concepção será construída a partir das crenças, valores e ideologias de cada sociedade, estabelecendo relações variadas entre a pessoa com cegueira e as demais. Com isso, entende-se que devem ser evitadas generalizações, comuns nos embasamentos históricos da área, tendo em vista que cada época, em cada civilização, tem-se uma concepção.

Referências

- DALL'ACQUA, M. J. C. **Estimulação da visão subnormal de uma criança no ambiente escolar**: um estudo de caso. Tese de Doutorado. São Carlos: UFSCar, 1997.
- DOZY, R. P. A. **L'Histoire de l'Islamisme**. EJ Brill, 1879.

- ERMAN, A.; HANKE, H. La civilization Egyptienne. Tradução de Charles Mathien. **Ed. Payot**. Paris, 1980.
- FRANCO, J. R.; DIAS, T. R. S. A pessoa cega no processo histórico: um breve percurso. **Revista Benjamin Constant**, Nº 30. IBCENTRO/MEC, Rio de Janeiro, 2005.
- GARCÍA, J. I.; CAÑADAS, D. P. **La formación de ciegos y discapacitados visuales**: visión histórica de un proceso de inclusión. In: El largo camino hacia una educación inclusiva: la educación especial y social del siglo XIX a nuestros días: XV Coloquio de Historia de la Educación, Pamplona-Iruñea, 29, 30 de junio y 1 de julio de 2009. Universidad Pública de Navarra, 2009. p. 453-462.
- HOHENDORFF, J. **Como escrever um artigo de revisão de literatura**. In:
- LIESEN, B. El braille: **Origen, aceptación y difusión**. Entre dos mundos: revista de traducción sobre discapacidad visual, n. 19, p. 5-36, 2002.
- LOWENFELD, B. **The visually handicapped child in school**. London: Constanble, 1974.
- MARROU, H. I.; CASANOVA, M. L. **História da educação na antiguidade**. Epu, 1990.
- MARTÍNEZ, J. M. Los Ciegos en la Historia. TOMO I. ONCE, MADRID, 1991a.
- MARTÍNEZ, J. M. Los Ciegos en la Historia. TOMO II. ONCE, MADRID, 1991b.
- MECLOY, E. P. Psicología de la ceguera. Madrid: **Editorial Fragua**, 1974.
- PESSOTTI, I. Deficiência mental: da superstição à ciência. São Paulo: **Editora da Universidade de São Paulo**, 1984.
- SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LÚCIO, P. B. **O processo de pesquisa e os enfoques quantitativos e qualitativos**. In: Metodologia de pesquisa. São Paulo: McGraw-Hill, pp. p. 2 – 21, 2006.
- SILVA, O. M. **A epopeia ignorada**: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. Centro São Camilo de Desenvolvimento em Administração da Saúde, 1986.
- SILVA JÚNIOR, D. O conceito de Idade Média. Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/historiag/conceito-idade-media.htm>>. Acesso em 16 de junho de 2016.

Correspondência

Ailton Barcelos da Costa – Universidade Federal de São Carlos. Rodovia Washington Luís, s/n, São Carlos - SP. CEP: 13565-905. São Carlos, São Paulo, Brasil.

E-mail: ailton_barcelos@yahoo.com.br – alessandrapicharillo@outlook.com – vanessakju@gmail.com

Recebido em 21 de setembro de 2017

Aprovado em 30 de março de 2018



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0)